

6.

Considerações Finais

O que não entendo hoje, naquele tempo não sabia
(Guimarães Rosa, 1980)

No momento em que nos concentramos para explicitar as considerações finais desta dissertação nosso intuito não consiste em pôr um ponto final na discussão. Embora, as experiências que tivemos o imenso prazer de conhecer, estejam o tempo todo acontecendo no “fazer da história”, o trabalho precisa ser finalizado.

O conhecimento não possui um status de ‘verdade acabada’, mas possui um ponto de partida e seu trajeto se define a partir do projeto conforme postula Lefebvre. O caminho faz-se ao caminhar e por isso mesmo, o percurso desta pesquisa, como qualquer outra, esteve sujeito a reformulações e ‘ajustes de rota’. Por isso, para finalizar, cabe retomar o material analisado e os pontos principais do objeto de estudo.

A questão central deste estudo foi conhecer como as mulheres chefes de famílias monoparentais articulam as dimensões da provisão e do cuidado em suas famílias. Para tanto, identificamos as estratégias que estas mulheres desenvolvem na sobrevivência cotidiana. Neste cenário, o tripé *trabalho precário, programas sociais e redes de ajuda* fornece a sustentabilidade para o desempenho da chefia familiar.

O trabalho para estas chefes de família se constitui em uma estratégia de sobrevivência. Não queremos com isso, reduzir o trabalho somente a esta condição. O trabalho nas condições observadas guarda contraditoriamente uma positividade e uma negatividade. Esta contradição forja a condição das mulheres que pertencem a classe-que-vive-do-trabalho. Se por um lado ele permite a mulher prover sua família e realizar a chefia sem a presença masculina, por outro as formas de trabalho encontradas são marcadas por uma negatividade na medida em que precarizam por demais a condição da mulher trabalhadora. Nesse sentido, o trabalho para estas mulheres se realiza por uma necessidade de sobrevivência e está mediado pela condição de mãe, ou seja, o trabalho é necessário e valorizado por aquilo que ele pode representar no sustento dos filhos. Diferentemente das

classes médias, onde o trabalho está associado a um projeto individual ou uma realização pessoal, nas classes populares o trabalho assume mais feições de um meio para manutenção da família do que a afirmação de uma individualidade. Mesmo com ganhos reduzidos, as mulheres direcionam os recursos para o conjunto do grupo doméstico. Nesses casos, a alocação dos recursos, muito mais importante do que o montante de rendimentos, influencia profundamente as condições de vida da família.

As condições nas quais o trabalho se realiza reforçam o grau de exploração da mulher. É na informalidade e na precarização que as chefes provêm as famílias. A proteção social e os direitos trabalhistas não se fazem presentes nos discursos de nossas entrevistadas. A segurança dá lugar a uma instabilidade que imprime descontinuidade às trajetórias de trabalho. Para as mulheres, este quadro se traduz em insegurança na própria chefia da família, na medida em que esta é balizada pela sobrevivência dos filhos. Outro aspecto recorrente nos discursos diz respeito ao desejo de oferecer/possibilitar aos filhos uma trajetória diferente. As mulheres empregam esforços, sejam materiais ou simbólicos visando esta superação.

Para empreender estas análises, o referencial da “*experiência*” foi indispensável, pois permitiu apreender os conflitos, interesses, normas e valores que emergem do sujeito. A adoção da dialética e das categorias família, trabalho e gênero como parte do arcabouço teórico-metodológico possibilitaram uma aproximação maior com o universo da chefia feminina em famílias populares.

Os programas sociais comparecem com certa regularidade no cotidiano das chefes e é justamente por esta razão que eles são significativos. O destaque recai para o programa Bolsa-família que embora apresente um valor monetário pequeno, a regularidade do seu recebimento traz segurança para as chefes de família. No entanto, convém lembrar que este programa guarda uma contradição com o trabalho, que se expressa no temor das entrevistadas com a possibilidade de perderem o benefício, caso venham a alcançar uma condição de trabalho formal.

Entre as estratégias mobilizadas por estas mulheres, os apoios e ajudas mútuas são fundamentais para a satisfação de necessidades materiais e simbólicas. Mesmo se tratando de auxílios difusos, as entrevistadas põem em evidência as tramas que são costuradas no cotidiano das redes de ajuda

explicitando os conflitos, as solidariedades, as dependências, as obrigações e retribuições, enfim os laços que consolidam esta rede. Estas questões foram bastante interessantes de serem observadas.

As redes de ajuda, os serviços de proteção institucionalizados, ainda que em condições precárias, tornam-se indispensáveis para que as mulheres viabilizem a provisão e o cuidado. As condições são precárias, porque muitas vezes este apoio é insuficiente e as chefes de família precisam ser verdadeiras ‘equilibristas’, no que tange, por exemplo, à conciliação entre o cuidado dos filhos e a necessidade de sair para o trabalho. Ao tentar combinar “tempos e responsabilidades concorrentes” as mulheres desempenham diversas jornadas sem o auxílio de creches, pré-escolas, serviços de saúde adequados e equipamentos públicos de qualidade em seus territórios, os quais poderiam fornecer mais segurança para as mulheres na condução de suas famílias.

As dificuldades e angústias diante da provisão e do cuidado poderiam ser enfrentados de maneira menos dolorosa através de uma rede articulada de serviços públicos. É necessário que as políticas públicas além do apoio às famílias na modalidade de transferência de renda, se façam presentes na forma de bens e serviços sociais de qualidade. A fragilidade das políticas e do aparelho público traz à tona muitas tensões presentes nas tramas sociais, especialmente os custos da reprodução - necessidades coletivas - que se expressam em desigualdades no cotidiano das mulheres das camadas populares. Nesse sentido, alguns pontos principais são a ampliação do acesso às creches públicas e o compartilhamento entre homens, mulheres e Estado, da responsabilidade com o trabalho reprodutivo e de cuidado com a vida humana. Não se está desconsiderando o potencial de acolhida e proteção da família, mas ao reconhecê-lo, a política social deve oferecer um forte apoio a esta instituição e não pressioná-la a assumir responsabilidades das quais não tem como arcar. A família não pode se constituir em uma estratégia do Estado na transferência de responsabilidades. A ação estatal deve fortalecer as competências familiares através da garantia dos direitos. Este posicionamento torna-se um desafio tendo em vista o contexto social brasileiro.

As famílias pesquisadas fornecem uma imagem matizada pelas “*lógicas de solidariedade*”. Esta noção torna-se fecunda para tratar da dinâmica das famílias populares, sem contundo, defender a idéia de uma sólida harmonia interna no interior do grupo familiar. A harmonia é um ideal a ser perseguido pelos sujeitos,

mas a família como qualquer fato histórico apresenta uma processualidade contraditória, e por essa razão não se apresenta como fenômeno dual, mas sempre dialético. As famílias chefiadas por mulheres, que acompanhamos, ao se organizarem e re-organizarem reforçam a solidariedade entre seus membros revelando uma interdependência necessária diante das dificuldades enfrentadas.

Em seu cotidiano, as chefes de família lidam com diversas adversidades inerentes a sua condição de classe e de gênero. Todavia, a compreensão que temos a partir desta pesquisa volta-se para a “*experiência*” no sentido atribuído por Thompson (1981), ou seja, para a elaboração dos sujeitos os quais agem e constroem possibilidades dentro de circunstâncias determinadas. As mulheres vivem a experiência da chefia e re-inventam novos usos para o território e para os objetos, engendram sutilezas e estratégias nas próprias relações sociais das quais fazem parte. Os dilemas que estas mulheres vivem são inerentes ao cenário contemporâneo, pois revelam a disjunção entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões costuradas na dinâmica das relações sociais. Vista dessa perspectiva, a questão social é a aporia das sociedades modernas (TELLES, 1996). Esta contraditória dinâmica societária interpela o Serviço Social a compreender os modos de vida e as resistências que os sujeitos opõem. A pesquisa observou que as chefes de família se apropriam do mundo à sua volta de diferentes maneiras e que cada uma constrói uma experiência particular, embora pertençam a mesma classe social e partilhem da mesma posição de gênero. Esse entendimento coloca novos desafios para o Serviço Social e sinaliza a necessidade de propostas teóricas que dêem conta da tensão entre produção da desigualdade e produção de rebeldias (IAMAMOTO, 2006). Requer que a profissão decifre as mediações presentes no cotidiano e na realidade das pessoas atendidas nos espaços institucionais. O fenômeno da chefia feminina na família traz em seu bojo articulações de classe e de gênero e imprime novos contornos para a intervenção do assistente social com as famílias e a questão social na atualidade.

Em se tratando de uma pesquisa qualitativa, algumas observações se fazem necessárias. Uma delas refere-se à heterogeneidade do grupo ‘mulheres chefes de família’. Mesmo considerando o universo de 10 entrevistadas, este grupo é significativo porque evidencia aspectos convergentes. No entanto, nossas reflexões não pretendem estabelecer generalizações, pois as mesmas não dão

conta da contraditoriedade, complexidade e das multideterminações da realidade estudada.

No universo pesquisado, a análise dos processos que desencadearam a chefia feminina nas famílias indica a tendência de que as entrevistadas assumem esta posição a partir da mediação das relações de gênero que atribuem a mulher responsabilidade pelo cuidado com os filhos e com a casa. Ao considerarmos os discursos das chefes, percebemos que apesar de ambigüidades e contradições, as mulheres assumem sim a chefia de suas famílias. Dialeticamente, este posicionamento guarda rupturas e permanências com as tradicionais concepções de gênero e em especial com a maternidade. Nesse ponto, a pesquisa aponta o cuidado como a dimensão pela qual as mulheres se afirmam. A responsabilidade pelos filhos define e atribui sentido à maternidade diante dos raros (ou quase inexistentes) cuidados e presença paterna. Nesse contexto social, ser mãe é cuidar. Em nome dos filhos, as mulheres atenuam o seu 'eu' reforçando a mulher-mãe como um ser para os outros.

Apesar das continuidades e mudanças nos padrões de gênero, das ambigüidades e contradições que os discursos apontam, esta pesquisa contribui para afirmar que as mulheres, ao se considerarem como chefes, rompem com o modelo que assegura a precedência do homem sobre a mulher na família. Diferentemente de outros estudos, na ausência do marido ou companheiro, as mulheres pesquisadas não substituem a figura masculina de autoridade por outros homens da rede familiar. Famílias chefiadas por mulheres são cenários sociais onde é possível encontrar indícios de transformações na esfera do privado.

Legitimadas por uma autoridade referenciada na condição de mulher-mãe, a maternidade tem um peso considerável na medida em que para essas mulheres os filhos justificam os esforços empregados na manutenção da família. Em alguns discursos mesmo considerando a possibilidade de que a chefia poderia ser desempenhada por homens ou mulheres, para a maior parte das entrevistadas, a mulher por sua condição de mãe possui 'naturalmente' habilidades que permitiriam desempenhar a chefia de modo mais satisfatório do que os homens.

A análise das experiências revela que as mulheres se consideram capazes de assumir a chefia da família e que na comparação com o homem não há nada que as impeça para tal. A contradição se coloca quando 'ser uma chefe de família' traz simultaneamente uma independência frente à figura masculina e também o

peso de uma responsabilidade com a qual as mesmas não estão habituadas. São vidas de sucessos e fracassos, medos e inseguranças que se mesclam com satisfações e prazeres.

As dimensões do cuidado e da provisão se tomadas em separado não são responsabilidades estranhas a essas mulheres, considerando a estrutura de classe e de gênero. O que torna esta experiência singular para as entrevistadas é justamente quando as duas dimensões se encarnam em uma única pessoa. Para as entrevistadas - pouco acostumadas com a posição de comando - a questão que se coloca ao articularem a provisão e o cuidado, não diz respeito às mudanças econômicas que a saída de um provedor masculino acarreta ao domicílio. O desafio que a primeira vista se apresenta como algo mais subjetivo e emocional tem suas determinações numa ordem cultural na qual as mulheres foram socializadas para posições coadjuvantes ou de auxiliares.

Famílias chefiadas por mulheres não podem ser vistas como exemplos de desestruturação. Nesse campo conflituoso, o Serviço Social através de sua intervenção pode contribuir para que a chefia familiar feminina seja reconhecida em sua cidadania espantando os estigmas que são submetidos às famílias chefiadas por mulheres. O fenômeno deve ser compreendido como uma construção histórica simultânea as outras formas familiares na confluência de vários fatores. Isso implica a adesão a uma perspectiva crítica e a consideração dos processos que geram rupturas e continuidades nas famílias. Há que se romper com a idéia de encontrar alguma fixidez no social tendo em vista a sua dimensão relacional. Posicionar as mulheres chefes nas tramas das relações sociais e analisar suas experiências atravessadas pelo gênero e pela classe nos permitirá descobrir ambigüidades e contradições em suas trajetórias de vida, além de conduzir a outros caminhos de pesquisa: novas lógicas, novas posições são reveladas, nas quais mulheres e homens **não são, mas se fazem.**